

ADOLESCÊNCIAS... ADOLESCENTES...

MANUELA FERREIRA*

PAULA BATISTA NELAS**

*A nós, resta-nos aceitar aquilo que somos –
adolescentes para sempre. Porque ser adolescente, a sério,
é não desistir nunca “de ser o melhor do mundo para
alguém”*

Isabel Stilwell, 2002

INTRODUÇÃO

A adolescência é hoje conceptualizada como o período situado entre a infância e a vida adulta. Inicia-se com os primeiros indícios físicos da maturidade sexual e termina com a realização social da situação de adulto independente.

No mundo ocidental, corresponde mais ou menos à época entre os 12 e os 20 anos, contudo existem oscilações deste período etário impostas pelas diferenças entre os sexos, etnias, meios geográficos, condições sócio-económicas e culturais.

Num mesmo meio, encontramos grandes variedades de indivíduo para indivíduo: há puberdades muito precoces e outras muito tardias. Por outro lado uma mesma pessoa em diferentes momentos tem diferentes ritmos de maturação.

A adolescência é também um tempo de transição. Considerada no passado apenas como um breve interlúdio entre a dependência da infância e as responsabilidades da vida adulta atribuída ao jovem. Pouco depois da maturidade sexual, muitas vezes caracterizada por uma iniciação elaborada, o novo adulto trabalhava, casava e tinha filhos.

Hoje é considerado um período em que os jovens, após momentos de maturação diversificados, constroem a sua identidade, os seus pontos de referência, escolhem o seu caminho profissional e o seu projecto de vida.

A abordagem que fazemos de seguida à evolução do conceito de adolescência e a algumas teorias explicativas da adolescência têm como objectivo perceber melhor esta fase de desenvolvimento humano, que não sendo obrigatoriamente uma fase perturbada

* Professora Coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

** Professora Adjunta da Escola Superior de Saúde do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

pode acarretar algum sofrimento tanto ao adolescente como aos adultos que com ele interagem.

1 – CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um período de vida que merece atenção, pois esta transição entre a infância e a idade adulta pode resultar ou não em problemas futuros para o desenvolvimento de um determinado indivíduo.

A palavra adolescência vem do latim “adolescere” que significa “fazer-se homem/mulher” ou “crescer na maturidade” (Muuss, 1976), sendo que somente a partir do final do século XIX foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento.

Actualmente, a adolescência caracteriza-se como uma fase que ocorre entre a infância e a idade adulta, na qual há muitas transformações tanto físicas como psicológicas, que possibilitam o aparecimento de comportamentos irreverentes e o questionamento dos modelos e padrões infantis que são necessários ao próprio crescimento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a adolescência compreende o período entre os 11 e 19 anos de idade, desencadeado por mudanças corporais e fisiológicas provenientes da maturação fisiológica.

O conceito de adolescência enquanto período particular, distinto da vida, situado entre a infância e a idade adulta não existiu sempre, só há relativamente pouco tempo foi reconhecido como um período de desenvolvimento humano. Até ao final do século XIX, a adolescência não era reconhecida socialmente pelos adultos como uma etapa do ciclo vital. Antes desta época, entendia-se que o indivíduo passava directamente da infância à idade adulta sem transitar por um estágio intermediário, ou por uma fase com características tidas como diferenciadoras e significativas no plano desenvolvimental.

No entanto, apesar de não reconhecida como etapa do ciclo vital, a sua importância não é apanágio dos povos civilizados, pois, entre os povos primitivos, emprestava-se grande significação ao advento da adolescência.

A iniciação da puberdade era o acontecimento mais relevante da educação primitiva, revestindo-se quase sempre de um sentido religioso e de um carácter de formação intelectual e moral. A iniciação representava a recepção solene dos adolescentes na comunidade dos adultos (Santos, 1966).

Nas cerimónias de iniciação, os jovens eram separados da comunidade e enviados para uma residência especial, afastada da aldeia, onde permaneciam sob vigilância dos anciãos da tribo. Inicialmente eram realizadas actividades de carácter purificador, e de seguida ritos de iniciação, constituídos invariavelmente por

representações simbólicas da morte e da ressurreição. Estes, tinham como finalidade, interiorizar nos jovens que deviam morrer para a vida irresponsável da infância e ressuscitar para a vida de deveres e responsabilidades do adulto (Idem).

Na antiga Pérsia, o advento da adolescência era assinalado com uma cerimônia, em que os jovens recebiam o “cinto de virilidade” e faziam um juramento de seguir a lei de Zoroastro e servir ao Estado com fidelidade e heroísmo.

Em Atenas na Grécia antiga, ao completarem dezoito anos, os adolescentes eram recebidos entre os efebos, mediante a sua inscrição no registo da comunidade, desta forma, tornavam-se maiores de idade e aptos para o serviço militar, o qual durava dois anos. Prestavam então o Juramento dos Efebos, este apresentava um carácter religioso, cívico e militar, após o juramento eram apresentados ao povo no teatro, durante as festas Dionisíacas.

Na antiga Roma, os jovens, ao atingirem a adolescência, trocavam a sua túnica com uma franja colorida (toga pretexta) por outra completamente branca (toga virilis). Durante a Idade Média, emprestou-se também grande significação ao aparecimento da adolescência. Ao alcançar catorze anos, o jovem que, até então, havia servido a uma dama, como pajem ou valete, na corte ou no castelo, tornava-se escudeiro. Depois, ao atingir dezassete anos, partia para longe, a fim de realizar proezas brilhantes que o tornassem digno de receber a ordem da cavalaria. Aos vinte e um anos era armado cavaleiro se tivesse dado provas de brio, coragem e bravura (Santos, 1966).

A partir do Renascimento, a adolescência perde progressivamente, o seu prestígio social. Pelo menos, nenhuma solenidade assinala o seu aparecimento, o que nos leva a presumir que a importância psicológica e social da adolescência não seria reconhecida pelo mundo moderno (Idem)

Através das investigações das sociedades primitivas, constata-se que a adolescência não é um fenómeno universal, determinado biologicamente, já que o jovem absorve as influências das instituições sociais e dos factores culturais do seu meio no processo de desenvolvimento.

Para exemplificar, encontramos nos estudos antropológicos realizados por Mead em 1975, a respeito da vida dos jovens de Samoa, a evidência de que o desenvolvimento humano, naquela sociedade, segue um padrão de continuidade, sem mudanças repentinas entre uma fase e outra da vida. A adolescência, nesse grupo, é um período tranquilo, lento e gradual.

Retomando aos dados históricos, vemos que as primeiras teorias relativas ao estudo científico da adolescência datam de 1904, com o trabalho pioneiro de Granville Stanley Hall, considerado o pai da psicologia da adolescência. Ele foi o primeiro psicólogo a destacar o período evolutivo da adolescência.

Autores como Muuss (1976), Sprinthal e Collins (1994) e Ferreira (1995), referem que, Hall postulava que na adolescência o indivíduo passava por um novo nascimento, marcado por mudanças significativas, que culminavam numa nova personalidade, diferente da personalidade da infância. Essas mudanças eram conseqüências da maturação sexual, sendo, portanto de origem biológica. Ele denominou esse período de tempestade e tensão, caracterizado por anomalias de comportamento que se modificavam à medida que o indivíduo alcançava a maturidade sexual.

Muitos são os historiadores que estão de acordo quanto ao situar o nascimento da adolescência, tal como hoje a conhecemos, no decurso da revolução industrial (Cabié e Gammer, 1999). Foi no século XIX que, com as grandes transformações sócio-culturais associadas à revolução industrial, começaram a surgir grandes alterações na definição das etapas da vida. A adolescência começa a ser considerada como um período importante no processo de desenvolvimento do indivíduo e o controlo da família sobre os adolescentes foi-se prolongando até à idade do casamento.

Posteriormente, a adolescência passa a ser entendida mas não valorizada. A “adolescência é então um meio caminho” (Pereira, 1991, p. 147). Pode pois dizer-se que “durante séculos é a infância que é valorizada pela ordem mítico-ritual... enquanto a adolescência é vista como não presente, ou como simples momento de passagem.” (idem).

A definição do conceito de adolescência é pouco consensual e complexa. Se é difícil marcar o seu início, maior é a dificuldade em identificar o seu final. Pode dizer-se que o seu início rondará os 11/12 anos, sendo que o seu final estará concluído quando o jovem já terá conseguido concretizar uma série de tarefas, ditas desenvolvimentais, que se expressam no plano intelectual, na socialização, na afectividade e na sexualidade. Pressupõe-se que quando o jovem se sente suficientemente autónomo (num plano interno) face às figuras parentais, que já terá elaborado o seu próprio espaço de identidade, adquiriu um sistema de valores próprios e que tem capacidade para manter relações estáveis e maduras com o outro.

É geralmente aceite que a adolescência é de preferência um processo e não um período, e que se caracteriza por muitas mudanças pessoais que são frequentemente intensas, como sejam as físicas, as sociais, as psicológicas e as cognitivas. No entanto, e apesar das várias modificações a adolescência nem sempre é vivida e sentida como um período da vida particularmente difícil (Roberts, 1988).

Para o mesmo autor (p. 22) “... é um período de tempo que envolve perdas e ganhos, que envolve a flutuação e o estabelecimento de novas maneiras de pertencer, e que envolve a aceitação de uma imagem do corpo em mudança, como resultado do início da puberdade.”

Já Amaral Dias e Nunes Vicente (1981) consideram a adolescência como um período de espera (moratória) concedido ao adolescente, enquanto não se encontra com aptidão para satisfazer os compromissos adultos. De igual modo para Leal (2000, p. 23) “à adolescência é um período como tantos outros que, vistos ao longe com o distanciamento que os anos e os acontecimentos de vida posteriores permitem, não têm grande história”. E Littrés (citado por Aroso et al 1990) transmite uma ideia mais fisiológica ao admitir a adolescência como a idade em que os indivíduos se tornam aptos a procriar.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a adolescência é definida como um período biopsicossocial, em que ocorrem modificações corporais e de adaptação a novas estruturas psicológicas e ambientais, que conduzem o indivíduo da infância à idade adulta. É um período em que ocorrem grandes modificações físicas, psicológicas e sociais que afectam o indivíduo. É na adolescência que o indivíduo toma consciência das alterações que ocorrem no seu corpo, gerando um ciclo de desorganização e reorganização do sistema psíquico, diferente em cada sexo, mas com iguais complicações conflituosas inerentes à dificuldade de compreender a crise de identidade.

É referido com frequência que a adolescência se inicia com as transformações fisiológicas da puberdade, não deixando de ser condicionada por factores de ordem social e cultural em interacção com o desenvolvimento biológico, intelectual e emocional, o que permite ao indivíduo a sua integração no mundo adulto (Costa, 1998). Por outro lado, termina quando o jovem atinge a maturidade social e emocional e adquire a experiência, a habilidade e a vontade, características necessárias para assumir o papel do adulto, de acordo com os padrões culturais do meio onde vive.

Segundo Sampaio (1995), a adolescência é uma etapa do desenvolvimento, que ocorre entre a puberdade e a idade adulta, ou seja, desde a altura em que as alterações psicobiológicas iniciam a maturação até à idade em que um sistema de valores e crenças se enquadram numa identidade estabelecida.

Também Lidz (1983) considera o desenvolvimento biológico e emocional do jovem para caracterizar a chegada à idade adulta mas acrescenta a necessidade de ser capaz de assumir a responsabilidade dos seus actos. Outros autores reforçam esta ideia defendendo que o período da adolescência termina quando o indivíduo obtém uma identidade própria e consegue viver intimamente com uma pessoa do sexo oposto, passando a constituir a sua própria família, numa alusão clara à procriação.

Alguns autores vêem o adolescente moderno como um ser de paradoxos, onde ele quer ser totalmente autónomo, mas ao mesmo tempo solicita os pais para todos os actos banais do quotidiano, enuncia verdades absolutas e ao mesmo tempo dúvida de si próprio, ele é extraordinariamente altruísta e, simultaneamente fantásticamente egoísta. De acordo com esta ideologia Braconnier e Marcelli (2000), referem que a adolescência

é um período em que o indivíduo faz a experiência das contradições, do paradoxo e do sofrimento.

A adolescência é um período do ciclo da vida que tem sofrido algumas alterações ao longo da história, quer relativamente à localização dos indivíduos no seio dos grupos, quer em relação às suas normas de condutas. Por sua vez, os fenómenos demográficos também têm exercido alguma influência sobre o comportamento dos jovens, assim como o progresso de algumas ciências como a antropologia, a sociologia, a biologia e a psicologia que têm contribuído para o estudo do adolescente integrado no seu meio sociocultural. Ela apresenta características especiais em função das épocas em que vive, do ambiente cultural, social e económico. Cada geração é sempre confrontada com os problemas sociais da sua época (Braconnier e Marcelli, 2000)

A adolescência como época da vida marcada por profundas transformações fisiológicas, psicológicas, pulsionais, afectivas, intelectuais e sociais, mais do que uma fase, é seguramente um processo dinâmico de passagem entre a infância e a idade adulta, processo este que não é uma tarefa fácil para o adolescente.

Este período crítico começa com o início da puberdade, com a entrada em funcionamento dos órgãos sexuais, ocorrendo mais cedo nas raparigas, sensivelmente depois dos dez anos, com o aparecimento da menarca, e mais tarde nos rapazes, com a possibilidade de ejacular, mais ou menos a partir dos doze anos, findando normalmente com o ganho de independência praticamente total do sujeito em relação às figuras parentais. Abre-se-lhe assim a porta à entrada da vida adulta (Miguel, 1990).

Esta definição torna de alguma forma difícil, o estabelecimento de limites cronológicos, quer no que respeita ao início da adolescência, uma vez que a função reprodutora varia consideravelmente de indivíduo para indivíduo, por exemplo no que respeita à sua consumação.

Enquanto que nas sociedades antigas estes dois fenómenos ocorriam mais ou menos em simultâneo, marcados por ritos de transição no limiar da puberdade, hoje em dia, a puberdade começa cada vez mais cedo e a idade adulta vai-se atingindo cada vez mais tarde, assistindo-se a um prolongamento da situação de dependência em relação aos pais, devido a factores de ordem social, educativa, pessoal e económica (Sampaio, 1997).

Assim, apesar de ser difícil situar esta fase dentro de limites temporais definidos, podemos dizer que, em termos psicológicos, o final da adolescência exige a realização de uma série de tarefas que “devem ser consideradas como acções reorganizativas internas e externas que o adolescente deve levar a cabo se quiser atingir a idade adulta” (Sampaio, 1993, p. 100).

2 – TEORIAS SOBRE A ADOLESCÊNCIA

Serão aqui abordadas as posições oriundas das teorias psicanalíticas mais clássicas até às formulações mais recentes, nomeadamente de autores portugueses, que vieram reformular algumas das concepções convencionais e tornar mais legítima a resposta da Psicanálise às questões do desenvolvimento adolescente. Pensamos ainda que as teorias psicanalíticas sobre a adolescência contribuem para uma compreensão extremamente rica do processo de autonomia do adolescente.

2.1 – Perspectiva Psicanalítica

Freud foi o primeiro autor a sublinhar o lugar central da separação – individuação, conceptualizando a separação de pais – adolescentes como uma tarefa dolorosa. Segundo Freud (1917) citado por Fleming (1997), a aquisição do estatuto de adulto é tributário da separação interna dos objectos primitivos e do investimento em novos objectos extra-familiares, sendo aqui enfatizados os aspectos pulsionais e as mudanças pubertárias.

Ele vê na separação adolescente – progenitores, uma tarefa dolorosa mas essencial ao desenvolvimento do Homem e da Sociedade, referindo que o desligar do indivíduo da autoridade dos pais é uma das mais necessárias, mas também uma das mais penosas realizações do desenvolvimento (Fleming, 1997). Para ele a aquisição da *adulterez*, em termos maturacionais deve-se à realização da tarefa da separação interna dos objectos primitivos.

‘Na puberdade, quando o instinto sexual faz as suas primeiras exigências, o antigo objecto familiar incestuoso é retomado de novo e carregado de libido (...). A partir daí, o indivíduo humano tem de dedicar-se à tarefa de se separar dos seus pais, e, até que esta tarefa não esteja cumprida, ele não pode deixar de ser criança e não pode tornar-se membro da comunidade social. Para o rapaz a tarefa consiste em separar os seus desejos libidinais da mãe empregando-os na escolha de um objecto de amor exterior’ (Freud, 1917, citado por Fleming, 1997, p. 44).

O processo adolescente é definido num duplo registo, um reflectindo o outro: o registo da realidade externa traduzido sob a forma de um conflito de gerações e o registo da realidade interna caracterizado pelo abandono das ligações aos primeiros

objectos de amor, e conseqüente investimento em objectos heterossexuais extra-familiares.

Verifica-se assim que, na perspectiva de Freud, o motivo premente que implicaria o adolescente a separar-se dos pais, seria o ressurgimento da problemática Edipiana para se defender da ligação Edipiana o jovem teria que repudiar inconscientemente os pais, gerando-se o conflito inevitável, pois “O registo externo, modelado pelas circunstâncias históricas, cruza-se com o registo interno dum passado e presente internalizado, ou seja, representado e interpretado pelo próprio indivíduo” (Fleming, 1997, p. 44).

Anne Freud enfatiza as mudanças quantitativas e qualitativas das pulsões instintivas e as defesas do ego enquanto determinantes da separação. Afirma que a libido do púbere “está na altura de se desligar dos seus pais e catexizar novos objectos. O luto dos objectos do passado é inevitável” (Anne Freud, 1958, in Fleming, 1997).

Outros autores de orientação analítica retomam a teorização do processo de separação interna da libido dos primeiros objectos de amor, em termos de perda de objecto e processo de luto, permitindo novos investimentos em objectos exteriores à família. Loewald (1962), citado por Fleming (1997) fala do trabalho de luto enquanto processo de abandono gradual do objecto perdido mas, envolvendo também, processos de internalização de elementos de relação com o objecto a ser abandonado e adquirindo o significado de emancipação.

O luto normal adolescente é descrito por Max Sugar em três fases: Separação-protesto na adolescência inicial; desorganização, caracterizada de tumulto, rebelião, vazio e depressão, na adolescência média e por fim a fase de reorganização caracterizada por uma acalmia já na adolescência tardia (Idem).

Dias Cordeiro (1988) considera o luto dos imagos parentais e a escolha do objecto heterossexual como dois organizadores do psiquismo adolescente. A perda da protecção parental infantil conduz à desvalorização, havendo necessidade por parte do adolescente de a compensar investindo em si mesmo, o que contextualiza o narcisismo característico desta fase de desenvolvimento. A aquisição de uma identidade sexual consolidada faz-se através da integração de uma imagem corporal madura, a nova auto-imagem e a auto-estima. A transferência dos afectos para um objecto heterossexual estável e o estabelecimento de uma relação adulta verdadeiramente objectal pressupõe ter ultrapassado os aspectos negativos do complexo de Édipo.

Amaral Dias e Nunes Vicente (1981) afirmam que, o luto adolescente pelo abandono do passado opera através de lutos parciais obrigatórios: luto pela fonte de segurança, luto renovado do objecto edipiano, luto pelo ideal do Eu, luto pela bissexualidade e pelo grupo. A escolha de novos objectos de amor exteriores à família,

pressupondo já a capacidade de funcionar autonomamente dos pais, estaria assim na estreita dependência do trabalho intrapsíquico dos vários lutos (Fleming, 1997).

Com a obra de Peter Blos assiste-se a um alargamento e modificações das conceptualizações psicanalíticas dominantes da adolescência. O autor propõe um segundo processo de separação – individuação que seria um ‘componente na reestruturação psíquica que puxa como um fio condutor através de todo o trabalho da adolescência’ (Blos, 1967, p. 162). Por outras palavras, este segundo processo de separação – individuação teria o estatuto de estruturador de todo o processo adolescente.

Blos (1967) sublinha dois aspectos essenciais: a perda das dependências familiares, de natureza emocional e afectiva e a conseqüente mudança das relações objectais aos pais. A meta a atingir nesta segunda individuação seria a aquisição de um sentimento de *self* autónomo, com limites claramente definidos. Fazendo uma comparação entre as tarefas da infância e as da adolescência, o autor defende que ‘b que na infância é a ruptura da membrana simbiótica para se tornar uma criança individuada (Mahler, 1981), torna-se na adolescência a perda das dependências familiares, o abandono dos laços objectais infantis’ (Blos, 1967, p. 163). Fleming (1997) critica esta visão do processo adolescente como recapitulação do processo infantil, que segundo a autora lhe retira originalidade e inovação.

Ainda para Blos (1967), a tarefa de desidealização dos pais da infância seria a componente mais difícil do processo de separação adolescente. No final da adolescência, o aparecimento de qualidades integrativas associadas ao *self* permitem um processo adaptativo, caracterizado pela revisão das primeiras identificações rejeitadas, provisórias e aceites. O ‘*égo ideal*’ que seria a formação psíquica do final da adolescência e herdeira do Complexo de Édipo negativo controlaria a função reguladora do super-*égo*.

Neste contexto, e citando Fleming (1997, p. 47) ‘poderíamos dizer que a autonomia é conceptualizada enquanto processo gradual de auto-regulação cada vez menos na dependência da esfera externa paternal, conduzindo a padrões de comportamento regulados agora essencialmente por uma instância propulsora (...) permitindo ao adolescente projectar-se e projectar o seu futuro com confiança.’

Para Ruthellen Josselson (1980), citado por Fleming (1997), o conceito de individuação é central para a compreensão do desenvolvimento do Ego. Permite ligar a adolescência a um processo contínuo de desenvolvimento e permite ainda, articular entre si os processos centrais respeitantes ao Ego adolescente: a autonomia e a formação da identidade.

Assim, segundo Josselson (1980), a articulação operar-se-ia do seguinte modo:
“a autonomia é outro lado da individuação. À

medida que a individuação se processa, a autonomia cresce. Isso depende se se olha para aquilo de que o adolescente se afasta (individuando-se) ou para aquilo de que se aproxima (ganhando autonomia) (...). Os aspectos do sujeito que se tornaram individuados e autônomos devem ser incorporados na identidade. Então à uma sequência interdependente entre individuação-autonomia-formação de identidade” (Josselson, 1980, in Fleming, 1997, p. 48).

Em conclusão, e citando Fleming (1997), é possível sintetizar o pensamento de Josselson sobre a autonomia adolescente, referindo que a autonomia, a individuação e a formação de identidade são fenômenos intimamente ligados e interdependentes, assim:

- A individuação envolve a separação psicológica da “realidade” pais e dos pais introjectados
- O processo de individuação decorre ao longo da vida e envolve mudanças no grau de autonomia versus ligação
- Durante a adolescência subsiste a necessidade de ligação aos pais, tal como subsiste a ambivalência sobre a autonomia
- A essência destes processos refere-se à consciência progressiva da necessidade de reorganizar o mundo inteiro de acordo com as mudanças desenvolvimentais

Segundo a teoria psicossocial de Erikson (1968), a formação da identidade não é exclusivo da experiência adolescente, mas uma consequência desenvolvimental de várias experiências do passado e do presente que se organizam num todo coerente. De acordo com o mesmo autor, a personalidade desenvolver-se-ia segundo uma sequência de estádios, caracterizando-se cada um deles por uma crise ou um conflito dominante, da resolução deste conflito resultaria a possibilidade de avançar com maior ou menor maturidade para o estágio seguinte.

Para o mesmo autor, o conflito dominante da adolescência, seria entre a formação da identidade e a difusão da identidade. Aquilo que resultou das crises anteriores é integrado num todo coerente, num sentimento de ser diferenciado dos pais. Deste modo, o processo de formação da identidade pressupõe a integração das identificações infantis precoces com outros aspectos psicológicos e psicossociais, no entanto, deve-se atender a que o indivíduo ingressa ao longo do ciclo da vida em novas crises desenvolvimentais, como sejam: a intimidade e a generatividade.

Esta procura da identidade, como que impele o adolescente a rejeitar e a revoltar-se contra os pais. Esta rejeição tem a função de libertar o adolescente das

identificações infantis aos pais e do controlo e autoridade por estes exercidas, sendo de sublinhar os contextos psicossociais envolventes: pares, escola, outras instituições.

As teorias de Bowlby, citando Fleming (1997), são de grande interesse dada a riqueza que o modelo maturacional contém para a compreensão de mecanismos tão importantes como a vinculação e a separação. Referindo-se ao desenvolvimento das ligações de vinculação, ele defende que durante a adolescência outros adultos podem assumir importância maior ou igual à dos pais e a atracção sexual pelos pares entra em jogo. Num extremo, há os adolescentes que rompem com os pais, no outro extremo estão os que permanecem extremamente vinculados e são incapazes ou recusam dirigir o seu comportamento vincutivo para outros, é no meio destes dois extremos que encontramos a maioria dos adolescentes, cuja ligação aos pais permanece poderosa, mas que as relações que estabelecem com os outros têm muita importância.

Segundo Fleming (1997, p. 56), “este modelo de compreensão de autonomia adolescente aproxima-se das mais recentes conceptualizações psicanalíticas que acentuam a importância das vivências emocionais com os pares e outros adultos significativos (...) auxiliares do processo de separação-indivuação, permitindo em simultâneo a manutenção de fortes laços vincutivos aos pais (...) onde os pais funcionam como porto de abrigo seguro”

São vários os psicanalistas portugueses que têm contribuído de forma decisiva para o estudo da adolescência, fazemos especial menção às contribuições de Dias Cordeiro, Coimbra de Matos, Emílio Salgueiro, Amaral Dias, e Manuela Fleming, que fornece grande parte da pesquisa teórica deste capítulo.

Amaral Dias trouxe para o campo da teoria psicanalítica sobre a adolescência um contributo inspirado nas obras de Bion e de Meltzer. Na sua perspectiva, o adolescente faz um ataque ao continente parental, recusa o espaço envolvente porque “saturados que estão, os objectos e espaços parentais ameaçam agora o jovem na sua autonomia e ânsia de liberdade” (Amaral Dias, 1988, p. 207). O luto interno e externo dos pais é uma consequência das ansiedades claustrofóbicas vividas pelo adolescente. Para este autor o “conflito de gerações” jogar-se-ia dentro do grupo de pares, onde o adolescente pode ensaiar o contacto com as partes idealizadas e persecutórias de si contidas por identificação projectiva em outras iguais a si.

Para Coimbra de Matos (1986), a adolescência é um grande passo evolutivo, uma passagem de um mundo oferecido e imposto para um mundo escolhido e criado. É a desvinculação dos objectos do passado e a desistência dos objectos infantis, para assumir a vinculação aos objectos do presente e a orientação para os objectos do futuro. Ele considera ainda que a adolescência é a última etapa de um movimento de autonomia e expansão que se inicia na infância, não concordando com a definição de

“luto dos ímago parentais”, mas antes com uma transformação dessas imagens, e sobretudo com uma modificação da relação com esses objectos.

Já Salgueiro (1990), crê que as figuras de identificação em que a criança se apoiava na infância nunca desaparecem, antes relativizam-se, perdendo aparentemente importância pela entrada em cena de novas personagens, com novos valores identificatórios, e ganham complexidade e espessura, ajudando a remodelar os objectos internos primordiais que serão o suporte firme para a etapa adulta. Para este autor, os adolescentes não fazem um desinvestimento dos pais, apenas o amor é substituído por ódio, pelo menos em parte, relacionado com a desidealização crescente dos pais. De realçar que este ódio é um ódio positivo, companheiro inseparável do amor positivo.

A adolescência para Dias Cordeiro (1987) caracteriza-se por uma necessidade normal de reencontro do jovem consigo mesmo e pela substituição dos laços afetivos infantis que o ligam aos pais, por outro tipo de relação mais adulta. O adolescente vê-se forçado, pelas próprias condições do processo maturativo, a tomar uma certa distância da maneira como idealizou os pais para, em seguida, poder relacionar-se com eles, já não como pessoas idealizadas, mas como pessoas reais. Esta fase de ímago parentais caracteriza-se por uma contestação dos hábitos, costumes e dos mitos do mundo dos adultos, numa genuína procura de si mesmo.

Para Figueiredo (1985), o conflito pais – adolescentes é inevitável e obrigatoriamente estruturante. Este autor verificou que o desejo de autonomia encontra um eco conflitual nos pais, mais intenso e dramático nas díades mais atravessadas pelo conflito edípiano. Situa o conflito no cerne da relação pais – adolescentes e define-o como a área de tensão entre gerações articulando-o, por um lado à problemática da idealização – desidealização dos pais, e por outro, à problemática do narcisismo ou do amor-próprio.

Os resultados da investigação realizada por Figueiredo (1985) demonstram a natureza evolutiva de três conflitos: Autonomia – Dependência; Desautorização – Submissão; Desidealização – Idealização, com a predominância do primeiro pólo em todos eles, à medida que se transita para o estado adulto. A resolução do conflito estaria ainda sob a influência da capacidade dos pais assumirem as perdas decorrentes da perda de amor, autoridade e idealização.

O adolescente tem de se separar dos pais, mas esta mesma necessidade fá-lo sentir uma outra ameaça: a de se perder; assim, a reorganização da ligação aos pais está dominada por um duplo desafio: por um lado, a necessidade de se separar contra a ameaça de se perder e, por outro, a possível conquista de autonomia contra a ameaça potencial da depressão (Braconnier e Marcelli, 2000).

Ele necessita de desidealizar fantasmaticamente os pais, esta desidealização representa a acção simbólica que Winnicot chamaria homicídio parental. Trata-se, de facto, de tomar simbolicamente o lugar dos pais suprimindo-os.

’Estes momentos de oscilação afectiva confrontam igualmente o adolescente com a problemática da necessidade e da dependência. É quando nos afastamos do objecto investido que a necessidade deste objecto se faz sentir. Se este distanciamento necessário à adolescência reenvia para momentos de ruptura de laços na primeira infância, o adolescente arrisca-se a não poder assumir este momento de flutuação. “(Braconnier & Marcelli, 2000, p. 65).

A construção da identidade é uma das principais tarefas que fazem parte do desenvolvimento da adolescência, pois é ao longo desta que o indivíduo, pouco a pouco, vai adquirindo uma nova subjectividade que modifica a representação de si próprio e do outro. Sampaio et al. (2000) referem que durante esta etapa da vida, duas tarefas de desenvolvimento se colocam ao adolescente. Por um lado, a autonomia em relação aos pais, e por outro, a construção da sua identidade.

Gispert (1996, p. 94) entende a autonomia nos adolescentes como uma condição que estes têm para tomar decisões responsáveis seguindo critérios próprios. Distingue o conceito de autonomia do conceito de independência. Por independência o autor refere-se ao facto dos adolescentes não dependerem, ‘ho que se refere a certos conceitos, dos pais ou de outros adultos.’

A autonomia embora seja um processo complexo, contraditório e cheio de obstáculos, é indispensável para que os adolescentes entrem no mundo dos adultos com uma certa maturidade, que lhes permita enfrentar as novas situações e/ou tarefas com que se vão deparar.

‘O desligar do indivíduo da autoridade dos pais é uma das mais penosas relações do desenvolvimento. É inteiramente necessário que se realize, e devemos supor que todo o ser humano normal consegue, em certa medida, consumir essa separação. Com efeito, o progresso da sociedade depende, em geral, da oposição das duas gerações’ (Freud, 1909, cit. in Fleming, 1997, p. 43)

O autor refere mesmo que a ‘autonomia, ou noutros termos, a separação de pais e adolescentes, é a tarefa desenvolvimental mais importante da adolescência.’

Esta fase também é marcada pelo aparecimento de novos caracteres sexuais secundários e profundas alterações de identidade sexual, devido às alterações hormonais que ocorrem neste período. O adolescente tem que ultrapassar os conflitos do desenvolvimento biopsicológico, o que por vezes não é fácil.

Por sua vez Monteiro (1985) defende que o adolescente faz um trabalho de reintegração do seu passado e das suas ligações infantis, através de momentos de crescimento diversificados, formando uma nova identidade. A entrada no mundo dos adultos é simultaneamente desejada e temida, sendo geralmente considerada um período de contradições, de confusões e de ambivalência.

2.2 – Perspectiva Interaccional

As perspectivas de orientação psicanalítica, estudam primordialmente aspectos intra-individuais da individuação, relacionando-os com factores internos e externos, no entanto, não contemplam as relações que existem entre o adolescente e o seu meio. No presente sub-capítulo iremos abordar as principais contribuições oferecidas por esta teoria, sob a perspectiva da interacção pais – adolescentes e os processos interactivos ou transaccionais dentro da família, tendo por base as teorias sistémicas da família.

As teorias sistémicas desenvolvidas a partir dos anos 40 permitem entender a família como um sistema com relações e processos de *feed-back*. Relvas (1996, p.11) cita Gameiro (1992) “A família é uma rede complexa de relações e emoções (...) a simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura”. Estas contribuições permitem uma compreensão complementar do processo adolescencial, o qual pelas mudanças biológicas, psicológicas e sociais que acarretam, envolvem profundamente todo o sistema familiar.

A dimensão familiar é ainda mais crucial quando se trata de analisar o processo de autonomia adolescente, envolvendo a separação entre adolescente e pais. Aliás a autonomia adolescente tem merecido um lugar de destaque na literatura sistémica, conceptualizada sob diversas designações: separação, autonomia, emancipação, individuação ou ainda diferenciação (Fleming, 1997).

Relvas (1996) refere que, mais do que em qualquer outra etapa é imperioso o alargamento dos espaços individuais no seio da família, sem que isso conduza ao esboroamento do próprio espaço grupal que, apesar de redefinido, deve ser reforçado na sua coesão. O que é tradicionalmente assinalado como papel da família junto dos adolescentes, ou seja, ajudar os indivíduos até aí dependentes a prepararem-se para a autonomia e para assumirem papéis adultos de carácter social, relacional, afectivo e laboral, só poderá ser desempenhado com sucesso se houver por parte dos restantes

membros da família, e particularmente dos pais, uma correlativa (re)afirmação individual.

Fleming (1997) refere uma obra pioneira em 1965 de Boszormenyi-Nagy e Framo, *Intensive Family Therapy*, na qual os autores tentam construir uma ponte entre o intrapsíquico e os conceitos sistémicos. Para os autores a separação dos filhos da família nuclear é um dos objectivos mais importantes a atingir no que se refere à sua saúde e a expressão de uma fase crucial do desenvolvimento da família. Descrevem ainda o processo relacional através duma sucessão de cinco fases, às quais corresponderiam experiências intrapsíquicas específicas, ao longo das quais a integração das percepções e das atitudes relacionais internas e externas aumenta, assim, seriam elas: a fase embrionária, a de afiliação ou simbiótica, a de individuação, a de separação e a de reinvestimento.

De notar que segundo estes autores, a fase de separação é um processo extremamente complexo e a sua realização requer que os objectivos das fases anteriores tenham sido atingidos, assim sendo, só após o estabelecimento e a interiorização de relações íntimas, confiantes e recíprocas com os membros da família é que os adolescentes poderão separar-se dos laços familiares, substituindo-os por ligações extra familiares.

É o estudo das forças familiares que vai estar no centro das atenções de alguns investigadores e clínicos. Desses trabalhos, segundo Fleming (1997), merece particular destaque a obra de Stierlin, psicanalista e terapeuta familiar, que trouxe para a problemática dos processos de individuação na família, e mais especificamente, para o processo de separação adolescente – progenitor, contributos teóricos e clínicos importantes.

Para este autor, citado por Fleming (1997), a separação é entendida na perspectiva intergeracional enquanto movimento em direcção a uma relativa individuação mútua, e o seu estudo exige uma abordagem dialéctica que permite pôr a descoberto as forças e padrões (propriedades sistémicas) da relação que moldam o seu curso e reciprocamente afectam a contribuição das partes que se separam. Ele sublinha a importância das percepções e expectativas parentais sobre a capacidade de separação dos filhos, as quais, seriam determinantes para inibir ou induzir a separação: percepções de confiança nas capacidades do adolescente de crescer e tornar-se autónomo fomentariam a separação, por outro lado a ausência dessa percepção inibiria a separação. As percepções teriam tanto menor influência quanto maior o grau de diferenciação e maturidade do Eu adolescente.

A contribuição teórica mais vasta de Stierlin, segundo Fleming (1997) deve-se à construção de um modelo conceptual sobre a separação adolescente – progenitor que sintetiza as sequências do processo, bem como os padrões de interacção recíproca.

Stierlin define a separação como uma espiral em expansão gradual de mútua diferenciação e individuação ocorrendo em níveis emocionais, cognitivos e morais, conduzindo a uma relativa independência para ambas as partes.

A partir do estudo das forças que interagem no seio do sistema familiar, o autor conceptualiza dois modelos de separação: o modelo centrípeto e o modelo centrífugo, que corresponderiam às vicissitudes externas do processo. O primeiro seria altamente captativo, gratificante dos comportamentos regressivos, indiferenciador, provocando no adolescente sentimentos de culpa face à separação, incapacidade e dependência. O segundo seria rejeitante, mistificador da realidade exterior apresentada como fonte de gratificação e segurança, provocando no adolescente a tendência para estabelecer relações precoces com o exterior. Os dois modelos teóricos descrevem dinâmicas familiares que, sem serem patogénicas podem agir negativamente na recíproca individuação.

Ainda sobre as vicissitudes da separação pais – adolescentes, merecem particular destaque os trabalhos de Shapiro e colaboradores, que utilizam conceitos derivados das teorias de Bion (1961), sobre Identidade Projectiva, Parentificação e Lealdade.

A Identidade Projectiva é, no dizer de Zinner e Shapiro (1972, in Fleming 1997), um modo de percepção e de comportamento das famílias com adolescentes. Segundo os autores, os pais podem usar a Identificação Projectiva para negar uma parte da sua própria vida instintiva ou ainda para manter a auto-estima, transformando o filho adolescente numa extensão narcísica do *self* parental. A importância da Identificação Projectiva na relação pais – adolescentes deve-se à compreensão do passado dos próprios pais.

O conceito de parentificação expande-se a partir do anterior. A tentativa de reviver uma relação passada numa relação presente com o filho adolescente reflecte dificuldades do processo de separação dos pais da sua família de origem. Em relação ao conceito de Lealdade, o afecto posto na relação é secundarizado face à lealdade (Ibidem).

A chave para uma separação bem sucedida no adolescente seria a capacidade de romper com as velhas e invisíveis lealdades, a renúncia ao sacrifício da liberdade pessoal, os ganhos secundários das perdas e lutos sempre adiados. O medo primitivo da perda do objecto, reactivado na adolescência, foi reflectido por Williams (1973, in Fleming, 1997), que advoga o recurso à terapia familiar como forma de resolver perturbações na adolescência relacionadas com vínculos de dependência versus independência. O autor refere que o adolescente na sua luta pela realização da autonomia no seio familiar, muitas vezes ameaça, dentro dele e nos seus pais, medos

muito primitivos de perda de objecto e da separação a partir de envolvimentos simbióticos.

Os movimentos de autonomia podem ser sentidos como uma rejeição da família, provocando, nos pais, movimentos de hostilidade para com o filho. Uma forma de tentar resolver os seus problemas intrapsíquicos e os da família, postos pelos laços de dependência, surge actualmente em muitos adolescentes na forma de uma saída de casa precoce (Fleming, 1997).

Entrando agora mais no âmago da perspectiva sistémica, poder-se-ia dizer que a saída de casa de um dos membros da família constitui sempre um factor de desequilíbrio da homeostase familiar. Numa terminologia mais específica, a família entra em transição, uma vez que as funções homeostáticas e de mudança do sistema familiar são mobilizadas, no sentido da procura da manutenção do equilíbrio anterior ou de um novo equilíbrio, através da negociação entre pais e filhos.

Minuchin (1971, cit. por Fleming, 1988), afirma que a partir do momento em que a criança entra na adolescência e tem de se adaptar quer à sua família, quer ao cada vez mais importante grupo de pares, ela exerce pressão para maior autonomia. Daí que, se a família quiser evoluir de forma saudável e fomentadora do crescimento do adolescente, deve evoluir do estado de família dum criança para família de um adolescente.

Sabatelli e Mazor (1985) propõem o papel fundamental e a compreensão de dois construtos: a individuação e a diferenciação. A individuação seria o processo pelo qual o indivíduo tenta renegociar a sua dependência psicológica face aos outros, implicando mudanças na forma como uma pessoa se vê na relação com os outros. Nesta óptica “o processo de individuação tem um impacto no grau de autonomia e na separação psicológica dentro da relação pais – filhos, a qual por seu turno fornece *feed-back* ao sistema, reforçando por aí o nível sistémico de diferenciação” (op. cit., p. 628).

Neste contexto, a diferenciação é uma propriedade do sistema que referencia os modos pelos quais as distâncias psicológicas são mantidas, e de como são feitas as adaptações sistémicas. Em consonância com o que foi dito anteriormente, a forma como se processa a individuação em cada membro da família é tributária do nível de diferenciação do sistema familiar. Em jeito de conclusão, o processo de autonomia no adolescente estaria facilitado num sistema familiar bem diferenciado, por oposição ao sistema pobremente diferenciado, que cria *stress* no indivíduo, uma vez que os esforços empreendidos no sentido da obtenção de uma maior autonomia psicológica são bloqueados pelo sistema.

2.3 – Perspectiva Relacional Desenvolvimental

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido a uma evolução na forma como esta temática da relação do adolescente com os pais tem sido compreendida. As investigações desenvolvidas ao longo da década de 80 propuseram-se contribuir para o esclarecimento e aprofundamento de “algumas questões que permaneceram em aberto pela abordagem convencional, quer ao nível conceptual, quer ao nível da exploração empírica” (Soares e Campos, 1988, p. 60).

Nesta nova concepção, são considerados dois princípios básicos. O primeiro princípio baseia-se na ideia de que as mudanças que ocorrem nas relações fazem parte de um processo de adaptação, defendendo-se nesta perspectiva um balanço entre a continuidade/descontinuidade na qualidade e conteúdo das relações pais/adolescentes (Grotevant e Cooper, 1986).

São usados termos como transformação e renegociação para caracterizar este processo, no qual relações próximas e de suporte são mantidas. O segundo princípio diz respeito ao significado funcional das mudanças nas relações familiares para o desenvolvimento do adolescente. Grotevant e Cooper (1986) mostraram, por exemplo, como os padrões de interação familiar, que facilitam simultaneamente a individualidade e a ligação afectiva nas relações, aparecem associados ao desenvolvimento da identidade e da tomada de perspectiva.

Apesar de termos verificado que a conceptualização da adolescência difere de abordagem para abordagem, todas elas convergem num ponto comum, sendo este a autonomia como a tarefa desenvolvimental mais importante. Segundo Steinberg (1987), a autonomia, estando ligada ao processo de individuação e separação e à formação da identidade, encontra-se no cerne da reflexão sobre a adolescência.

Mais recentemente, tem-se verificado um crescente interesse pelos estudos sobre a autonomia, sendo as questões relativas à vinculação e à autonomia consideradas centrais para a compreensão da adolescência. Na óptica de Machado (1995), ao contrário da abordagem tradicional, que enfatiza a oposição e o antagonismo entre vinculação e autonomia, os modelos mais recentes encaram-nos como processos complementares e igualmente importantes para o desenvolvimento do jovem nos seus variados contextos de socialização. Deste modo, surge um vasto conjunto de estudos que analisam a relação entre a vinculação do adolescente e a autonomia, quer em termos teóricos e conceptuais, quer ao nível da operacionalização e avaliação destes dois conceitos e da sua inter-relação.

Lamborn e Steinberg (1993) avaliaram as consequências desenvolvimentais da autonomia emocional. Os autores partiram do princípio que elevados valores na medida

de autonomia emocional iriam ter diferentes implicações para a adaptação do adolescente, dependendo do nível de suporte nas relações com os pais. Os seus resultados apontaram no sentido de que o significado da autonomia emocional e as suas implicações no desenvolvimento do adolescente variam em função do clima emocional das relações pais – adolescentes.

Neste sentido, Grotevant e Cooper (1986) afirmam que um balanceamento entre a ligação familiar e o encorajamento à individualidade não só é necessário, como é facilitador do funcionamento adaptativo. Deste modo, a individuação ocorre no contexto de relações próximas e de suporte. Segundo Machado (1995), a teoria da vinculação de Bowlby é consistente em termos teóricos com esta perspectiva relacional, na medida em que reconhece a importância dos laços afectivos e de suporte na conquista da autonomia e na promoção do desenvolvimento psicológico. A vinculação é vista como um laço afectivo duradouro que promove a autonomia. A figura de vinculação proporciona a base segura, facilitadora e impulsionadora da exploração activa do meio e do desenvolvimento de competências intelectuais e sociais.

Enquanto que nas formulações psicanalíticas clássicas, o processo de individuação é visto em termos de separação e afastamento dos pais, num contexto de ruptura dos laços afectivos aos pais, nesta nova concepção este é considerado numa perspectiva relacional, como uma qualidade da relação diádica que pode ser observada na comunicação, tendo por base uma concepção de desenvolvimento adolescente como um período de renegociação da relação com os pais.

Grotevant e Cooper (1985; 1986), numa perspectiva abrangente, consideram quer a continuidade, quer a mudança nas relações pais – adolescentes: se por um lado, esta se constitui como uma ligação duradoura mantida ao longo do ciclo vital, por outro lado, é alvo de importantes transformações na adolescência, partindo de padrões relacionais assimétricos e autoritários, em relação à mutualidade na relação.

Os autores desenvolveram um modelo de individuação na adolescência, em que a autonomia ou a individualidade é uma das componentes complementares à componente de ligação. Os resultados encontrados revelaram que um grau moderado de ligação aos pais relaciona-se positivamente com o processo de formação da identidade, enquanto níveis elevados ou demasiado baixos de aceitação e abertura parental podem inibir os comportamentos de exploração do adolescente. Os adolescentes com níveis altos de exploração da identidade parecem perceber positivamente o envolvimento com a família, participam activamente nessa interacção e reconhecem que os outros são diferentes, mas podem funcionar como suporte. Deste trabalho de investigação, pode-se inferir que na interacção pais – adolescentes, a dimensão individualidade facilita o desenvolvimento do *self* adolescente como distinto e único, e a dimensão ligação

fornece a segurança e a auto-estima que permite ao adolescente desenvolver comportamentos de exploração e de experimentação.

CONCLUSÃO

A adolescência e o modo como é vivida está directamente relacionada com a comunidade onde o adolescente está integrado.

Também o modo como é entendida é específica em função da época, do ambiente social, cultural e económico a que se reporta.

Ao longo dos tempos foram várias as tentativas para explicar a adolescência, desde as que se fundamentam nas teorias psicanalíticas a outras que realçam as interacções que o adolescente estabelece aos vários níveis dando uma perspectiva relacional/desenvolvimental desta etapa da vida humana. Todas nos ajudam a compreender melhor a nossa adolescência e a estar melhor na dos nossos filhos.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL DIAS C. (1988). *Para uma Psicanálise na Relação*. Porto. Edições Afrontamento.
- AMARAL DIAS C.; NUNES VICENTE, T. (1981). *A depressão no adolescente*. Porto. Edições Afrontamento.
- AROSO, A. M. et al (1990). *Gravidez e Parto na Adolescência*. O Médico. Vol. 123, n.º 1990. Setembro, 128-134.
- BION, W. R. (1961). *Experiences in Groups*. London. Tavistock.
- BLOS, P. (1962). *Adolescência. Uma Interpretação Psicanalítica*. S. Paulo. Martins Fontes.
- BLOS, P. (1967). *The second individuation process of adolescence. The Psychoanalytic study of the Child*. Vol. XXII, 162-186.
- BLOS, P. (1996). *Transição adolescente*. Porto Alegre. Artes Médicas.
- BRACONNIER, A.; MARCELLI, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa. Climepsi Editores.
- CABIÉ, M. C. GAMMER, C. (1999). *A adolescência e a crise familiar*. Lisboa. Climepsi Editores.
- COIMBRA DE MATOS, A. (1986). *O primeiro amor*. Psicologia, 1 (V), 39-43.
- DIAS CORDEIRO, J. C. (1988). *Os adolescentes por dentro*. Colecção Alter Ego Lisboa. Edições Salamanca.
- ERIKSON, E. (1968). *Identity Youth and crisis*. New York. Norton & Company.

- FIGUEIREDO, E. (1985). *No reino de Xantum. Os jovens e o conflito de gerações*. Porto. Edições Afrontamento.
- FLEMING, M. (1983). *A separação Adolescente – Progenitor*. Análise Psicológica, 4 (III), 521-542.
- FLEMING, M. (1988). *Autonomia comportamental na adolescência e percepções das atitudes parentais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Médicas apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Porto.
- FLEMING, M. (1997). *Adolescência e autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. 2ª Edição. Porto. Edições Afrontamento.
- GISPERT, C. (1996). *Programa de formação de educadores*. Psicologia Infantil e Juvenil, 3. Liarte.
- GROTEVANT, H.; COOPER, C. (1985). *Patterns of interaction in family relationships and the development of identity exploration in adolescence*. Child development. 56, 415-428.
- GROTEVANT, H.; COOPER, C. (1986). *Individuation in family relationships: A perspective on individual differences in the development of identity and role taking in adolescence*. Human development. 29, 82-100.
- LAMBORN, S.; STEINBERG, L. (1993). *Emotional autonomy redux: Revisiting Ryan and Lynch*. Child Development, 64, 483-499.
- LEAL, I. (2000). *Gravidez e maternidade na adolescência. Sexualidade e Planeamento familiar*. N.º 27/28. Julho/Dezembro, 23-26.
- LIDZ, T. (1983). *A pessoa: seu desenvolvimento durante o ciclo vital. A Adolescência*. Porto Alegre. Artes Médicas.
- MACHADO, G. (1985). *Representação da Vinculação e Percepção da Qualidade da Relação Adolescente – Pais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica do Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da educação da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- MAHLER, M. S. (1981). *La Symbiose Humaine et les Vicissitudes de L'individuation, in Dix Ans de psychanalyse en Amérique*. Anthologie du Journal of the American Psychoanalytic Association. Paris. P.U.F.
- MEAD, M. (1970). *O Conflito de gerações*. Lisboa. Publicações D. Quixote.
- MEAD, M. (1975). *Adolescência, sexo e cultura Samoa*. Barcelona. Editorial Laia.
- MONTEIRO, A. A. (1985). *Gravidez na adolescência: Panorama mundial e nacional*. O Médico, 529-532.
- MUUSS, R. (1976). *Teorias da adolescência*. Belo Horizonte. Interlivros.
- PEREIRA, F. (1991). *Autoconceito e resultados escolares na adolescência*. Análise psicológica, 2 (IX), 145-150.

- RELVAS, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva sistémica*. Porto. Afrontamento.
- ROBERTS, D. A. (1988). *Adolescência*. Nursing, 10 (Novembro), 23-27.
- SALGUEIRO, E. (1990). *Breves reflexões sobre o narcisismo e o objecto estético na adolescência*. Revista portuguesa de Psicanálise, 8, 71-75.
- SAMPAIO, D. (1993). *Vozes e ruídos: Diálogos com adolescentes*. Lisboa. Editorial Caminho.
- SAMPAIO, D. (1995). *Inventem-se novos pais*. Lisboa. Editorial Caminho.
- SAMPAIO, D. (1997). *A cinza e o tempo*. 4ª Edição. Lisboa. Editorial Caminho.
- SANTOS, T. M. (1966). *Noções de psicologia do Adolescente: Para uso das faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais*. 3ª Edição. S. Paulo. Companhia editora Nacional.
- SOARES, I. CAMPOS, B. (1988). *Vinculação e autonomia na relação do adolescente com os pais*. Cadernos de Consulta Psicológica, 4, 57-64.
- SPRINTHALL, N. E COLLINS, A. W. (1994). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentalista*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- STENBERG, L. (1987). *Impact of puberty on family relations: Effects of pubertal status and pubertal timing*. Development Psychology, 24, 122-128.